Incentivos e crédito proibidos

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Seguem-se três proibições. Primeiro, o prestador não pode oferecer nenhum incentivo, monetário ou de outra natureza, a clientes de varejo potenciais ou existentes. A proibição abrange bônus de cadastro, recompensas por indicação, descontos promocionais nas taxas de negociação, programas "learn and earn" que pagam tokens pela conclusão de tutoriais e brindes em tokens ou mercadorias.[1] Segundo, o prestador não pode oferecer a um cliente de varejo nenhuma linha de crédito para financiar a compra de DPTs ou manter uma posição, nem pode celebrar uma transação alavancada com DPTs com um cliente de varejo. Negociação com margem, futuros e contratos perpétuos sobre DPTs ficam, portanto, indisponíveis para clientes de varejo de um prestador licenciado em Singapura. Terceiro, o prestador não pode aceitar pagamento com cartão de crédito ou charge card emitido em Singapura para a compra de DPTs. Cartões emitidos fora de Singapura podem ser aceitos.[2]

A proibição de transações alavancadas tem uma consequência significativa para o perímetro regulatório. Muitos derivativos de tokens são capital markets products nos termos do Securities and Futures Act (SFA) e ficam fora do serviço de DPT previsto no Payment Services Act. Um prestador que queira oferecer futuros perpétuos sobre bitcoin a clientes em Singapura precisa, portanto, de uma Capital

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Markets Services Licence (licença CMS) e deve tratar o produto como derivativo. Mesmo com essa licença, a MAS (Monetary Authority of Singapore) indicou que não pretende permitir a oferta de tais produtos a clientes de varejo. O negócio de derivativos para o varejo que existe em Hong Kong e em partes da Europa não tem, portanto, equivalente em Singapura.

Notas

1. Morgan Lewis, novembro de 2023 (acima): os prestadores estão proibidos de oferecer incentivos, monetários ou de outra natureza, incluindo incentivos de cadastro, de indicação e de negociação e programas "learn-and-earn". ↩
2. Morgan Lewis, novembro de 2023 (acima): nenhuma linha de crédito nem transação alavancada com DPTs com cliente de varejo; nenhuma aceitação de pagamentos com cartão de crédito ou charge card, salvo cartões emitidos no exterior. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.